



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

6ª DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4866/2022
AUTUADO: MANOEL CONCEIÇÃO RIBEIRO

MANOEL CONCEIÇÃO RIBEIRO, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF: 867.114.401-10, podendo ser encontrado na Câmara Municipal de São Felix do Tocantins situada a AV.TEOTONIO SEGURADO, QD 30 LOTE 10, 11, Centro, – TEL: 063.3576 1068, São Felix do Tocantins/TO, por intermédio de seu advogado, comparece com o devido respeito perante Vossa Excelência para apresentar:

DEFESA

Nos autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4866/2022, o que faz pelos motivos de fato e de direito que a seguir passará a expor.

1

I- PRELIMINARMENTE

1- DA NULIDADE ABSOLUTA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – CERCEAMENTO DE DEFESA – INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Em primeiras linhas, antes de entrar no mérito da Defesa do processo administrativo ora impugnado, cabe-nos arguir a nulidade absoluta do ato por cerceamento de defesa.

Oportuno apontar que houve completa nulidade no procedimento uma vez que não foi oportunizado o devido processo legal ao AUTUADO, pois houve deficiência na sua citação.

No caso em tela, houve um erro na citação do conhecimento do procedimento administrativo, tornando-o nula de pleno direito todos os atos posteriormente praticados, uma vez que fere diretamente o direito da ampla defesa e do contraditório, estampado no Inciso LV do Art. 5º da Constituição Federal, o qual vejamos:



Art. 5º (...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

O Regimento Interno dessa Egrégia Corte estabelece que a Citação por Edital deve necessariamente atender a previsão contida no Art. 32 da Lei Estadual nº: 1.284/2021, senão vejamos como impõe o Art. 206 do Regimento Interno:

Art. 206 - Far-se-á a citação, a intimação ou a notificação por edital, nos casos e na forma previstos no art. 32, 33 e 34 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001.

Por sua vez o Art. 32 da Lei Estadual nº: 1.284/2021, permite a Citação Edilícia apenas nos casos em que o responsável se encontrar em lugar incerto ou não sabido:

Art. 32. Far-se-á a citação, a intimação ou a notificação por edital:

I - quando o responsável encontrar-se em lugar incerto e não sabido, ou inacessível;

II - a juízo do Presidente, do Conselheiro Relator ou Auditor, quando feita de outra forma e não obedecida, for considerado conveniente insistir no pronunciamento do responsável.

Nota-se que no procedimento em epígrafe efetuou-se a citação por edital em total afronta ao Art. 206 do Regimento Interno e o Art. 32 da Lei Estadual nº: 1.284/2021, pois não esgotados os demais meios de citação.

2

Assim Nobre Julgador, requer o reconhecimento da nulidade na citação apontada, a qual fere diretamente o devido processo legal e por tanto a ampla defesa e o contraditório.

II- DA SÍNTESE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Trata-se do Processo Administrativo nº: 4866/2022 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins que apontou supostas deficiências no portal da transparência.

As alegadas deficiências foram:

1. Acerca das informações institucionais, o ente não está publicando no portal da transparência em questão o registro das competências, estrutura organizacional, endereços, telefone da unidade, horário de atendimento, perguntas mais frequentes e identificação dos responsáveis;



2. Acerca das receitas, não está sendo publicado no portal da transparência em questão a existência de informações atualizadas (em tempo real) e não consta a existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos);

3. Acerca das despesas, não está sendo publicado no portal da transparência em questão as informações sobre transferências realizadas, como, indicação do valor concedido, indicação de beneficiário e indicação da data do repasse;

4. Acerca dos recursos humanos, não está sendo publicado no portal da transparência em questão a existência de histórico de informações (pelo menos 3 anos);

5. Acerca das diárias, não está sendo publicado no portal da transparência em questão a existência de histórico de informações (pelo menos 3 anos);

6. Ainda sobre Licitações, Dispensas, Inexigibilidade e Atas de Adesão – SRP, o ente não está postando no portal da transparência em questão a íntegra da Ata de Adesão do “Serviço de Registro de Preço”, a existência de informações atualizadas (do ano da pesquisa) e a existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos);

7. Ainda sobre os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), o ente não está publicando os relatórios de gestão fiscal (RGF) dos últimos 06 meses e a existência do histórico de informações (três anos);

8. Ainda sobre os Serviços de Informações ao Cidadão e- SIC (eletrônico), o ente não está publicando no portal da transparência em questão o relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acessos recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes, não consta a existência de rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses e não consta a existência de rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

9. Ainda sobre os Instrumentos da Gestão Fiscal e do Planejamento, o ente não está publicando no portal da transparência em questão a existência de PPA (Lei do Plano Plurianual) a existência do anexo do PPA, existência de LDO (Lei do Diretrizes Orçamentárias) e existência do anexo da LDO, existência de LOA (Lei Orçamentária) e existência do anexo da LOA e o Parecer prévio do TCE;

10. Ainda sobre os Relatórios Referentes à Transparência da Gestão Fiscal, o ente não está publicando no portal da transparência em questão os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses e a existência de histórico das informações (três anos);



HELIO BRUNO LOPES

Consultoria e Assessoria Jurídica

11. Sobre COVID – 19, as despesas não estão sendo publicadas em tempo real e as receitas repassadas pelo Governo Federal e/ou Estadual para o combate à pandemia estão não sendo divulgadas em tempo real.

Assim ao ser submetido ao setor responsável podemos notar que não houve a correta análise do portal, onde todas as informações foram prestadas devendo o processo ser julgado totalmente improcedentes.

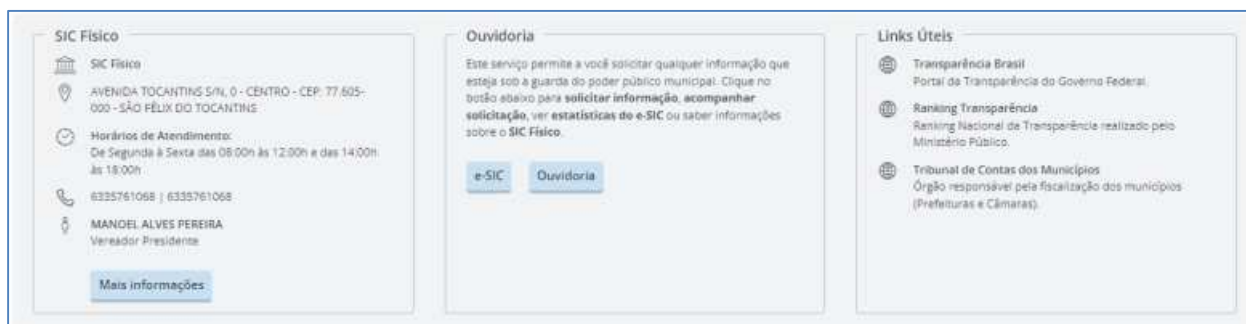
Exposto o sucinto relatório, passemos ao mérito da Defesa.

III- DO MÉRITO

Como meio de estruturar a presente defesa, passemos a demonstrar o cumprimento das exigências por item.

1. DAS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS, REGISTRO DAS COMPETÊNCIAS, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, ENDEREÇOS, TELEFONE DA UNIDADE, HORÁRIO DE ATENDIMENTO, PERGUNTAS MAIS FREQUENTES E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS:

Nobre Julgador, como vemos nos seguintes prints, todas as informações apontadas já se encontram constantes no portal:



2. DAS COMPROVAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DAS RECEITAS.

Oportuno esclarecer que as Receitas da Câmara Municipal de São Felix do Tocantins/TO, são em forma de repasse e encontra-se devidamente inserido o histórico das informações, vejamos:



3. DA COMPROVAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DAS DESPESAS

Nobre Julgador, basta acessar o portal da transparência para constatar a publicação das despesas dos últimos três anos, portanto cumprida a exigência legal.

Número	Data	Fornecedor	Classificação Orçamentária	Valor Empenho	Valor Anulação	Valor Liquidação	Valor Anulação Liquidação	Mais Informações
1900	30/08/2022	Câmara Municipal de São Felix do Tocantins	01.01.01.031.0001.2.319011	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1997	30/08/2022	BANCO DO BRASIL S/A	01.01.01.031.0001.2.339039	R\$ 86,00	R\$ 0,00	R\$ 86,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1996	30/08/2022	Câmara Municipal de São Felix do Tocantins	01.01.01.031.0001.2.319004	R\$ 4.202,75	R\$ 0,00	R\$ 4.202,75	R\$ 0,00	VER DETALHES
1999	30/08/2022	Câmara Municipal de São Felix do Tocantins	01.01.01.031.0001.2.319011	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1903	27/08/2022	PONTUAL DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP	01.01.01.031.0001.2.448052	R\$ 63.721,00	R\$ 0,00	R\$ 63.721,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1901	17/08/2022	SOLUTION CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI	01.01.01.031.0001.2.339040	R\$ 260,00	R\$ 0,00	R\$ 260,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1902	04/09/2022	MARIA LIZIE ROMAO PEREIRA	01.01.01.031.0001.2.339039	R\$ 3.500,00	R\$ 0,00	R\$ 3.500,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1991	29/07/2022	Câmara Municipal de São Felix do Tocantins	01.01.01.031.0001.2.319004	R\$ 1.412,00	R\$ 0,00	R\$ 1.412,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1993	29/07/2022	Câmara Municipal de São Felix do Tocantins	01.01.01.031.0001.2.319011	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	VER DETALHES
1990	29/07/2022	BANCO DO BRASIL S/A	01.01.01.031.0001.2.339039	R\$ 55,00	R\$ 0,00	R\$ 55,00	R\$ 0,00	VER DETALHES

4. DA PUBLICAÇÃO REFERENTE OS RECURSOS HUMANOS

Nobre Julgador, basta acessar o portal da transparência para constatar as publicações referentes aos recursos humanos dos últimos três anos, portanto cumprida a exigência legal.



Metricula	Nome	Cargo	Departamento	Situação Funcionário	Data de Admissão	Data de Exoneração	Total de Proventos	Total de Descontos	Total Líquido	Situação Pagamento	Mais Informações
7	ADALTON JUNIOR DIAS LIMA	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 581,94	R\$ 3.418,06	PAGO	Q. VER DETALHES
5	BAZILMAR BATISTA DE SOUSA	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 1.242,81	R\$ 2.757,19	PAGO	Q. VER DETALHES
9	CLEITON GOMES NUNES	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 581,94	R\$ 3.418,06	PAGO	Q. VER DETALHES
8	DELICE DOS REIS BARBOSA	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 581,94	R\$ 3.418,06	PAGO	Q. VER DETALHES
6	ELTONSY LOPES PEREIRA	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 553,51	R\$ 3.446,49	PAGO	Q. VER DETALHES
15	JOANA NETA BATISTA MATOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	10/03/2022		R\$ 1.458,47	R\$ 90,90	R\$ 1.377,57	PAGO	Q. VER DETALHES
11	KELLY LOPES REIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	04/01/2021		R\$ 1.212,00	R\$ 90,90	R\$ 1.121,10	PAGO	Q. VER DETALHES
2	LUIZ BARBOSA SOUSA	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 581,94	R\$ 3.418,06	PAGO	Q. VER DETALHES
1	MANOEL CONCEIÇÃO RIBEIRO	PRESIDENTE DA CÂMARA	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 6.000,00	R\$ 1.218,73	R\$ 4.781,27	PAGO	Q. VER DETALHES
4	SIDINEI BATISTA DA SILVA	VEREADOR (A)	CÂMARA MUNICIPAL	Ativo	01/01/2021		R\$ 4.000,00	R\$ 553,31	R\$ 3.446,69	PAGO	Q. VER DETALHES

5. DA COMPROVAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES REFERENTE AS DIÁRIAS

Segue a comprovação de que todas as publicações referentes a diárias encontram-se devidamente publicadas:

6

Metricula	Nome do Funcionário	Saida	Chegada	Destino	Valor da Diária	Número de Liquidação	Mais Informações
1	MANOEL CONCEIÇÃO RIBEIRO	16/09/2022	17/09/2022	PALMAS - TO	R\$ 500,00	3373	Q. VER DETALHES
8	DELICE DOS REIS BARBOSA	25/06/2022	26/06/2022	PALMAS - TO	R\$ 500,00	3344	Q. VER DETALHES
13	VALDIRNÁ ALVES OLIVEIRA	22/06/2022	23/06/2022	PALMAS - TO	R\$ 300,00	3338	Q. VER DETALHES
4	SIDINEI BATISTA DA SILVA	15/04/2022	15/04/2022	PALMAS - TO	R\$ 250,00	3375	Q. VER DETALHES



HELIO BRUNO LOPES

Consultoria e Assessoria Jurídica

6- DA COMPROVAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES REFERENTE A LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADE E ATAS DE ADESÃO - SRP

Quanto a publicação referente a licitações, dispensas, inexigibilidade e atas de adesão - SRP, estes encontram-se publicados na íntegra, sendo que no ano de 2022, houve apenas uma licitação.

Número	Modalidade	Data	Vigência	Órgão	Fornecedor	Objeto	Valor	Mais informações
10	DISPENSA DE LICITAÇÃO	02/08/2022	02/11/2022	CÂMARA MUN. DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	MARIA LUIZE ROCHA PEREIRA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA DETEÇÃO DO PRÉCIO DA CÂMARA MUNICIPAL.	R\$ 2.000,00	Q VER DETALHE
29	DISPENSA DE LICITAÇÃO	13/07/2022	13/10/2022	CÂMARA MUN. DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	ARTE CENTER DESIGN DE INTERIORES EREJ	CONFEÇÃO DE 3000 UQ DE CARTAS PERSONALIZADAS, MEDINDO 1,14 DE LARGURA POR 1,14 DE ALTURA.	R\$ 14.402,76	Q VER DETALHE
30	DISPENSA DE LICITAÇÃO	08/07/2022	08/10/2022	CÂMARA MUN. DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	ESTER MOREIRA DA SILVA 8588182583	SERVIÇO DE DESIGN GRÁFICO, FOTOS EM ESTÚDIO, CONFEÇÃO DE QUADROS IMPRESSO EM PVC E LAMINADO COM MOLDURAS EM ALUMÍNIO PARA O ARQUIVO MUNICIPAL DAS GESTÃO 1990/1996, 1997/2000, 2001/2004 E 2005/2008.	R\$ 2.000,00	Q VER DETALHE
34	DISPENSA DE LICITAÇÃO	25/05/2022	25/08/2022	CÂMARA MUN. DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	ALFA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS PATRIMONIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS.	R\$ 3.000,00	Q VER DETALHE
35	DISPENSA DE LICITAÇÃO	25/03/2022	25/06/2022	CÂMARA MUN. DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	VALE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	FORNECIMENTO DE 10 TAPETES DE VINIL WYTE SERRAPANTE PARA USO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS -TO.	R\$ 2.197,50	Q VER DETALHE

7- DOS RELATÓRIOS DE GESTAÇÃO FISCAL

Conforme nas demais exigências, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), encontram-se devidamente publicados por período anual:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUN. DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JANEIRO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2021

PÁG: 0001

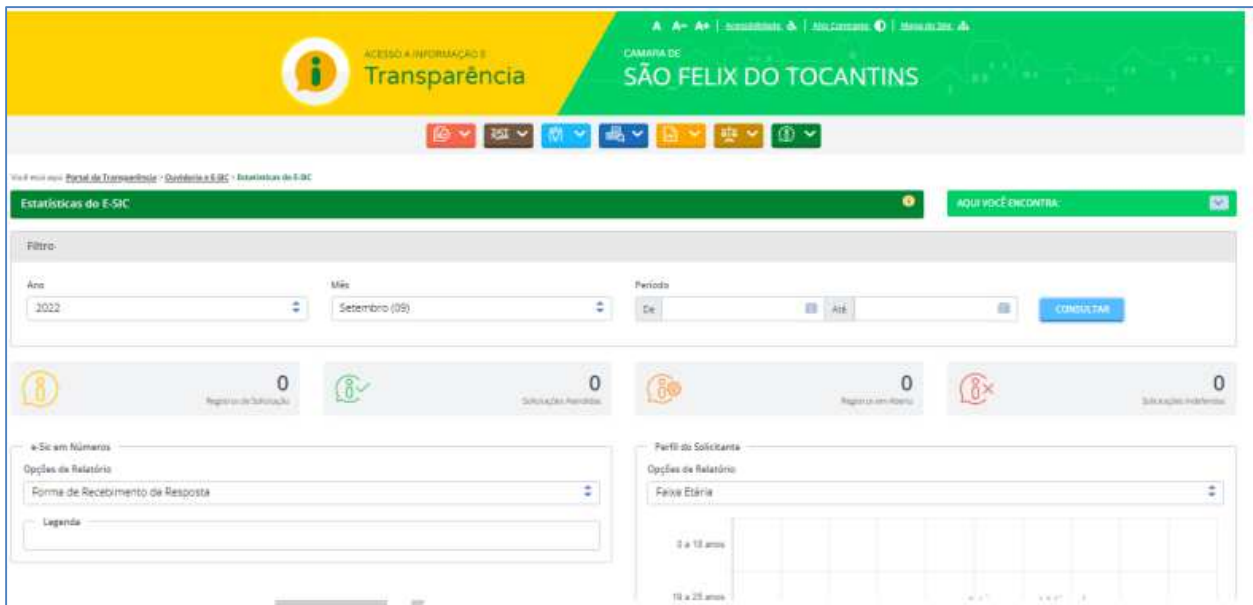
LRP, art. 56, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Dólaros 12 Meses)												TOTAL (BALANÇO 12 MESES) (R\$)	DEBITOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R\$)	
	01/2021	02/2021	03/2021	04/2021	05/2021	06/2021	07/2021	08/2021	09/2021	10/2021	11/2021	12/2021			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (R\$)	47.071,84	5.000,00	11.000,00	10.201,20	14.101,20	15.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	71.001,20	791.000,00
Pessoal Ativo	47.071,84	5.000,00	11.000,00	10.201,20	14.101,20	15.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	71.001,20	791.000,00
Remuneração, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	36.071,79	4.000,00	9.000,00	8.201,20	11.101,20	12.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00	58.001,20	660.700,00
Utilizações Financeiras	8.000,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	13.000,00	130.000,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reposições, Resarcimento e Retribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Desempregado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Desempregado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal (Inclusão de contratos de formalização de contratação de termo coletivo de 12 até 18 do LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal não Empregado (Emprego Temporário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPUTADA (7º do art. 19 do LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Rescisão, e Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Encargos, Análise de período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores do período anterior ao de apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas (em Rescisão) Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Remunerações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



8. DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO E-SIC (ELETRÔNICO)

Referente aos serviços de informações ao cidadão E-SIC (eletrônico), foram devidamente publicados os Relatórios de quantidade de pedidos de acessos recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes assim como o relatório de rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses e não consta a existência de rol de documentos classificados em cada grau de sigilo.



8

9- DOS INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO, PPA (LEI DO PLANO PLURIANUAL), LDO (LEI DO DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS) E LOA (LEI ORÇAMENTÁRIA)

Conforme print que segue em anexo a gestão fiscal e do planejamento, PPA (lei do plano plurianual), LDO (lei de diretrizes orçamentárias) e LOA (lei orçamentária), encontram-se devidamente publicado no portal:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUN. DE SÃO FELIX DO TOCANTINS

PAC: 001
ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 2021

DEMONSTRAÇÃO DE RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS
ANEXO 1 - ADENDO A PORTARIA N.º 03 DE 2019

RECEITA		DEPESA	
RS	RE	RS	RE
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA		PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	980.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	JURIS E ENCARGOS DA SUVIA	318.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	978.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA			
RECEITA INDUSTRIAL			
RECEITA DE SERVIÇOS			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
SOMA:		SOMA:	978.000,00
DESPESA TOTAL	1.000,00	TOTAL	978.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		INVESTIMENTOS	62.000,00
ALIENação DE BENS		INVERSÕES FINANCEIRAS	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		AMORTIZAÇÃO DA SUVIA	62.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
SOMA:	0,00	SOMA:	62.000,00
DESPESA TOTAL	0,00	TOTAL	62.000,00
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL		RECEITAS:	1.000,00
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL		DESPESAS:	978.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO			62.000,00
RESERVA DO RPPS			0,00
RESULTADO:			0,00
TOTAL DEPEND. DO ORÇAMENTO	1.000,00		1.040.000,00

Ativar o Windows
desse Configurações



10. DOS RELATÓRIOS REFERENTES À TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Referente aos relatórios Referentes à Transparência da Gestão Fiscal (RREO) já se estão publicados no portal.

11. SOBRE COVID 19

A Câmara não tem Receitas ou Despesas Relacionadas a COVID - 19, portanto, não há publicações a serem realizadas.

IV- DOS PEDIDOS

Ante o exposto o AUTUADO requer o recebimento da presente Defesa Administrativa, que tem por finalidade impugnar o Procedimento Administrativo nº: 4866/2022 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, requerendo de forma específica:

1) Requer o acolhimento da preliminar suscitada para que:

a- haja o reconhecimento da nulidade das citações dirigida ao AUTUADO, pois uma realizada em descompasso com o devido processo legal;

No Mérito requer que sejam as justificativas julgadas procedentes para que seja reconhecido que todas as informações encontram-se publicadas no Portal da Transparência da Câmara Municipal de São Feliz do Tocantins.

2) que seja o processo administrativo julgado totalmente improcedente, pois comprovadamente cumpridas todas as exigências nele constantes;

3) requer, sob pena de nulidade, que todas as intimações sejam dirigidas a esse advogado, podendo para tanto utilizar o endereço do rodapé, o e-mail: heliobruno8@gmail.com ou pelo celular: (63) 9 9988-1300;

4) Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Palmas 10 de outubro de 2022.



HELIO BRUNO LOPES

Consultoria e Assessoria Jurídica

Nos termos em que pede deferimento.



HELIO BRUNO LOPES
OAB/TO 8413